

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 5

Atena
Editora
Ano 2020

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 5

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-81740-31-3 DOI 10.22533/at.ed.313201302</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.710981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA,

SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas.

Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica) Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO PERMANENTE DE PROFESSORES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE	
Sandra Patrícia Nascimento Kuroki	
DOI 10.22533/at.ed.3132013021	
CAPÍTULO 2	14
O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Jaliane Soares Borges dos Santos	
Jakline Soares Borges dos Santos	
Janice Soares Borges dos Santos Souza	
Rogério Pacheco Rodrigues	
Geane Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3132013022	
CAPÍTULO 3	24
SUBJETIVIDADES DO SER HUMANO CONTEMPORÂNEO: TRABALHO E EDUCAÇÃO	
Aracéli Girardi da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3132013023	
CAPÍTULO 4	30
O ACOMPANHAMENTO DE UM ADOLESCENTE COM MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS NO PROAMDE/UFAM EM PARINTINS - AMAZONAS	
Naiana Lima Rodrigues	
Lucas Diógenes Leão	
Mariana Pereira de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3132013024	
CAPÍTULO 5	43
A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ENSINO NO CONTEXTO COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA	
Rosikelly Macedo Gonçalves Cabral	
Juliana Moraes Franzão	
Renata Araújo Guizzetti	
DOI 10.22533/at.ed.3132013025	
CAPÍTULO 6	53
AS IMPLICAÇÕES DAS FORMAÇÕES INICIAL E CONTINUADA DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS : ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM FEIRA DE SANTANA -BAHIA	
Carleia de Araujo Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3132013026	

CAPÍTULO 7	64
A EDUCAÇÃO CIDADÃ E O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO	
Helce Amanda de Oliveira Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.3132013027	
CAPÍTULO 8	72
A FUNÇÃO PÚBLICA DE AVALIAR A EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Adelcio Machado dos Santos	
Joel Haroldo Baad	
DOI 10.22533/at.ed.3132013028	
CAPÍTULO 9	79
ARTEFACTOS TECNOLÓGICOS MEDIANTE LA PLATAFORMA VIRTUAL EDUCAPLAY: UNA MIRADA DESDE LAS ESTRATEGIAS DE APRENDIZAJE	
Jakeline Amparo Villota Enríquez	
Carlos Arturo Lucumi Charrupi	
Maribel Villota Enríquez	
Heriberto González Valencia	
Javier Truquez	
DOI 10.22533/at.ed.3132013029	
CAPÍTULO 10	97
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CONHECIMENTO DE PROFESSORES DA REDE REGULAR DE ENSINO	
Marcus Vinicius da Rocha Santos da Silva	
Mychelle Maria Santos de Oliveira	
Najra Danny Pereira Lima	
Mayanny da Silva Lima	
Thalia Costa Medeiros	
Valeria Silva Carvalho	
Maria Camila da Silva	
Thais Costa Medeiros	
Gilma Sannyelle Silva Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.31320130210	
CAPÍTULO 11	110
FORMAÇÃO CONTINUADA AUTOINSTRUCIONAL – UMA ANÁLISE BASEADA NA EXPERIÊNCIA DOS TUTORES DE UM CURSO A DISTÂNCIA	
Nádia Cristina de Azevedo Melli	
Eliana Cristina Nogueira Barion	
DOI 10.22533/at.ed.31320130211	
CAPÍTULO 12	117
A AVALIAÇÃO DE TURMAS DO ENSINO MÉDIO UTILIZANDO TESTES CUJO MODELO SEGUEM A PADRONIZAÇÃO DO ENEM	
Gustavo Nogueira Dias	
Gilberto Emanuel dos Reis Vogado	
Wagner Davy Lucas Barreto	
Eldilene da Silva Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.31320130212	

CAPÍTULO 13	128
A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E CONHECIMENTO	
Valmir Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.31320130213	
CAPÍTULO 14	141
ENTRE A DELIMITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE TUTORIA EAD	
Leandro Ortunes	
Roberta Sposito Gausachs	
DOI 10.22533/at.ed.31320130214	
SOBRE A ORGANIZADORA	151
ÍNDICE REMISSIVO	152

A EDUCAÇÃO CIDADÃ E O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Data de aceite: 31/01/2020

Data de submissão: 29/10/2019

Helce Amanda de Oliveira Moreira

FAETERJ – Faculdade de Educação Tecnológica
do Estado do Rio de Janeiro.

Três Rios – Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/4470852100469323>

RESUMO: Esta pesquisa discute de que maneira as premissas do Programa Escola Sem Partido prejudicam a formação de um sujeito cidadão e de uma escola cidadã. Referenciais teóricos, como as obras de autores como Freire (2010), Gadotti (1983, 1992) e Frigotto (2016, 2017), nos conduziram a conclusão de que a escola democrática possui a função de celebrar as diversidades, fazendo da escola mais um espaço para a convivência democrática. Dessa forma, entendemos que as repercussões da implantação do programa Escola Sem Partido seriam diversas e prejudiciais perante o que se acredita ser uma educação que propicie a democracia e a cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Educação cidadã. Escola sem Partido. Ideologia.

THE CIVIC EDUCATION AND THE
UNPOLITICAL SCHOOL PROGRAM

(ESCOLA SEM PARTIDO)

ABSTRACT: This research discusses how the premises of the Unpolitical School Program (Escola Sem Partido) affect the formation of an active citizen and a civic school. Theoretical references, as the works of authors such as Freire (2010), Gadotti (1983, 1992) and Frigotto (2016, 2017), led us to the conclusion that the democratic school has the function of celebrating diversity, transforming itself in one more room for democratic coexistence. Therefore, we understand that the repercussions of the Unpolitical School Program implementation would be diverse and harmful to what is believed to be an education that fosters democracy and citizenship.

KEYWORDS: Civic Education. Unpolitical School Program (Escola Sem Partido). Ideology.

1 | INTRODUÇÃO

Ideologia, um conceito tão amplo e denso quanto educação. Através de leituras, verifica-se que são inerentes. Freire (2010, p. 122) afirma “ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica”. Muitos educadores negam a natureza ideológica da educação, acreditando que conseguem atuar de forma neutra. Frigotto (2017, p. 81) indica:

Não existe neutralidade em nenhuma relação, posto que a educação, necessariamente e sempre, será guiada por alguma filosofia, por uma concepção de mundo, mesmo que esses não sejam explicitados nos respectivos projetos político-pedagógicos ou que seus sujeitos não tenham plena consciência dos mesmos.

Ao atentar para o que está sendo discutido, entende-se que o caráter ideológico presente em sala de aula afeta diretamente a vida do educando, seu modo de agir e ser e o exercício de sua cidadania. Considerando tal fato, é papel do educador refletir e optar por qual educação ideológica levar para a sala de aula, pois a sua escolha poderá auxiliar na formação cidadã e democrática do aluno. O entrelaçamento desses conceitos já é reconhecido há anos, entretanto, na atualidade, as discussões veem ganhando força. Um dos maiores geradores disso é o projeto de lei 193/2016 do “Programa Escola sem Partido”, que se inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, tratando da LDB nº 9.394/96.

Tal projeto de lei vai em direção oposta ao que se acredita no âmbito educacional, pois tira a liberdade da sala de aula e, principalmente, do educador. A educação que poderia ser libertadora, como Freire sugere, passa a aprisionar, a oprimir, fazendo com que essa proposta seja usada a favor de uma sociedade opressora e antidemocrática. Sendo assim, de que modos as práticas ideológicas abordadas pelo programa prejudicam a formação de um sujeito cidadão, crítico, reflexivo? As influências das ideologias no educando são presentes, porém há o que se discutir a respeito de como utilizá-las a favor de uma educação libertadora e cidadã.

Nessa pesquisa, foi utilizada, em sua metodologia, pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, para compreendermos e interpretarmos essa dada situação.

2 | ESTUDO SOBRE O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO

Com a crença distorcida de que alunos estariam sendo vítimas de discursos ideológicos de professores, esse programa cresceu a partir de propostas como: estimular as delações de alunos contra os educadores, divulgar depoimentos de alunos que, supostamente, teriam sido alvos de ideologias dentro do ambiente educacional e reprimir a liberdade de educar. Buscando alcançar uma melhor compreensão e perceber os impactos causados por projetos como esse, segue um panorama usando como base o modelo do anteprojeto de lei estadual e textos encontrado no *site* do movimento.

O ESP, na tela principal de seu *site*, afirma que um dos princípios da escola deve ser a neutralidade. A neutralidade exigida pelo movimento surge da interpretação equivocada do artigo 12 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, que diz sobre o direito de os pais educarem seus filhos. Segue abaixo recortes do

anteprojeto referencial.

Art. 3º. No exercício de suas funções, o professor:

V – respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções;

O anteprojeto apresentado distorce o direito dos pais educarem os filhos e induz a proibição de dialogar em sala sobre assuntos que tangiam a religião ou discutir sobre valores morais. A CABH foi construída com o objetivo de proteger um espaço privado, o lar familiar, em um contexto histórico político diferente do atual. Dessa maneira, não foi feita para a intervenção de um ambiente público, como a escola. Logo, o ESP deturpa o Pacto de San José.

Dito isso, vale frisar que o programa estimula uma espécie de delação, que consiste nos educandos e familiares fiscalizarem práticas educacionais a fim de encontrar possíveis violações dos ideais do programa e denunciá-las. As propostas feitas pelo ESP vão além. Elas incluem cartazes fixados nas salas, o envio de notificações judiciais às escolas e aos professores, a criação de um disque denúncia e instruções detalhadas de como identificar um docente que esteja fora do padrão esperado pelo projeto. Práticas como essas representam um retrocesso em termos de avanços do que já se havia conquistado no campo educacional, sobretudo, no que tange aos aspectos legais, os efeitos em sala de aula podem ser enormes. Cabem, então, algumas questões: é possível educar para a cidadania sem debater sobre aspectos políticos ou incentivar que os educandos expressem suas insatisfações sociais através também de atos públicos? Como ser educador e esconder as suas convicções?

Um inciso presente nos anteprojeto do ESP diz:

Art. 3º. No exercício de suas funções, o professor:

I – não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

A escolha da palavra “aproveitará”, nesse inciso, expõe a intenção do ESP de passar uma imagem negativa do professor, de colocá-lo como vilão. Porém, não implica somente isso. Esse termo indica uma vulnerabilidade do educando, como se sofresse com qualquer tipo de influência, uma tábula rasa. Tais discursos alimentam uma falácia já bastante questionada sobre educação, hoje se sabe que o aluno traz consigo inúmeros saberes, significações, experiências e que a escola é mais um lugar, dentre outros, de aprendizagem e troca.

Outro termo que chama atenção é “audiência cativa”. Sabe-se que um dos desafios da educação pública é a falta de frequência e a evasão por parte dos

alunos. Índices do censo escolar de 2016 revelam que alunos de 17 anos possuem uma média de frequência baixa e que há em torno de 898.564 adolescentes da mesma idade fora da escola. Assim, percebe-se que o ESP transpassa concepções que estão fora da realidade educacional.

O último aspecto de destaque nesse inciso é: “promover seus próprios interesses, opiniões, concepções, ou preferências ideológicas...”. Entendemos que professores carregam para o trabalho e tantos outros locais em que convivem seus princípios ideológicos, sem intenção de converter alguém, assim como qualquer pessoa, até mesmo os alunos trazem consigo suas ideologias e convicções e isso é algo natural e positivo, pois promove a democracia. “A Ideologia do Movimento Escola sem Partido” (2016, p. 156) diz:

O papel do professor não pode ser o de um pregador, de um doutrinador. A escola deve ser livre. O ensino deve ser plural. Pluralismo não significa não ter nenhuma opinião, não tomar partido. Significa ter um ponto de vista e dialogar com outros pontos de vista. Quanto mais debate político, quanto mais reflexão crítica, mais se torna possível o equilíbrio e a pluralidade de opiniões.

Contudo, não é dessa maneira que o movimento analisa, ele faz com que a população acredite que docentes tem usado fortemente a sala para a conversão de seus alunos. Assim, o ESP impõe ao professor e à escola o papel de instruir. Desse modo, o programa defende a anulação da problematização e do pensamento crítico. Logo, a escola assume a função tecnicista de educação voltada para o mercado de trabalho e afasta-se, cada vez mais, da educação cidadã.

Com tais características, o inciso descrito tem como objetivo colocar uma mordaza nos educadores e na escola, mesmo a liberdade de expressão sendo uma garantia dada pela Carta Magna. Frigotto, (2016, p. 41) aponta:

Segundo essa interpretação, o professor seria a única categoria profissional no Brasil que não teria liberdade de expressão no exercício da sua atividade profissional. A desqualificação do professor no projeto aparece como a remoção, até explicitamente, de todas as atribuições do professor, chegando ao extremo de excluir a sua liberdade de expressão.

Diante disso, salienta-se que parte do processo educativo é alicerçada na relação entre o educador e o educando. Então, ao criar uma relação conturbada, a base de denúncias e censuras, colocando os docentes como vilões, os ideais do movimento podem levar alunos a terem dificuldades de aprendizagem.

Outro ponto que deve ser destacado é o: “Art. 2º. O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”. Baseado no conservadorismo, de origem cristã e/ou de extrema direita, o programa utiliza o termo ideologia de gênero para denominar a abordagem de questões de gênero e

orientação sexual nas escolas. É sabido que o Brasil enfrenta graves problemas de violência contra as minorias. O Instituto ABGLT fez uma pesquisa com a comunidade LGBT, nos ambientes escolares, revelou que 73% já sofreram *bullying*, 36% foram agredidos(as) fisicamente e 60% se sentiam inseguros(as) na escola no último ano por serem LGBT.

Uma das formas mais eficazes de evitar tais ocorrências é levando essa pauta para dentro das salas de aula. Por esse motivo os Parâmetros Curriculares Nacionais prezando pela formação cidadã elegeu como um dos temas transversais da educação básica a orientação sexual.

É preciso ressaltar a importância do acesso ao conhecimento socialmente acumulado pela humanidade. Porém, há outros temas diretamente relacionados com o exercício da cidadania, há questões urgentes que devem necessariamente ser tratadas, como a violência, a saúde, o uso dos recursos naturais, os preconceitos, que não têm sido diretamente contemplados por essas áreas. Esses temas devem ser tratados pela escola, ocupando o mesmo lugar de importância. (PCN's p. 19)

Entendendo a necessidade de contemplar nas escolas assuntos de interesse público, promovendo o exercício da cidadania os PCNs interpretam que discutir a sexualidade é também papel da escola, pois permite uma visão mais ampla sobre a mesma questão, possibilitando um debate democrático. Assim, com essas medidas o projeto mais uma vez injeta na escola pública um fundamentalismo religioso, ligado a interesses privados.

3 | CONTRADIÇÕES NO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Um movimento de cunho educacional, mas sem docentes e discentes. A falta da participação de professores e alunos no programa fica notória quando visitamos um dos *sites* do movimento. Ali não há espaços dedicados a dar voz e apoio aos professores ou estudantes, o foco das propostas é alcançar os familiares e responsáveis desses últimos. Páginas intituladas como flagrando o doutrinador; planeje sua denúncia; conselho aos pais; defenda o seu filho e Síndrome de Estocolmo (na qual o ESP compara professores a sequestradores e alunos a vítimas) ganham destaque. Assim, é evidente que um dos objetivos do ESP é colocar o aluno como aquele que precisa ser salvo e a família, especialmente a conhecida como família tradicional brasileira – composta por um casal heterossexual e filhos - como a defensora da educação escolar e da moral.

Outra falácia é a de que o programa é apartidário. Porém, ao analisar seus apoiadores, parte dos políticos que apresentaram projetos de leis inspirados no movimento e as ideologias dos seus respectivos partidos, pode-se observar que não é bem assim. Onze dos principais políticos envolvidos se consideram direitistas,

conservadores e grande parte estão ligados a alguma instituição religiosa cristã, sendo dois deles pastores. Ou seja, ao contrário do que se afirma, o movimento possui uma ideologia e um viés que não se dissociam desses atores sociais que o apoiam, propondo parâmetros que agradam somente indivíduos ligados a essa visão ideológica.

Freire entendia que a educação em si é um ato político, não política partidária, mas na percepção de que ela ocorre entre os relacionamentos pessoais e com o mundo. O maior inconveniente do ESP é tentar vender a imagem de que é isento, como estivesse acima disso. Enquanto isso, ele promove fundamentalismos e conservadorismos religiosos cristãos, atacando discussões de questões de gênero, raça e história da cultura africana e afro-brasileira.

Outra incoerência existente nas ações do movimento é consolidar grande parte de seus fundamentos na CADH e lutar judicialmente contra o INEP para que o edital do ENEM fosse alterado visto que existe uma regra, que foi criada em 2013 dando seguimento às Diretrizes Nacionais para a Educação que diz que qualquer indivíduo que desrespeite os direitos humanos por meio da redação teria a sua nota zerada. Mesmo tendo como uma de suas sustentações os direitos humanos, o ESP prega que parâmetros como citados são baseados em concepções políticas de esquerda. Para o programa, a defesa pela vida, cidadania e a paz vão contra os DHs e são ideologias que devem ser banidas. Ao compreender as propostas e fundamentos do ESP, percebe-se que a formulação que o programa faz do educando é de cunho extremamente apático, recebendo passivamente os conhecimentos transmitidos pelo professor, sem história e vivência própria, a não ser aquela fornecida pela família ou pela escola. Freire (2010, p. 32) defende que ensinar exige respeito aos educandos e suas vivências:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que ele tem como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? “Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos”.

Paulo parecia prever a atualidade, o que chamou de “educador reacionariamente pragmático” hoje personificados nos apoiadores do ESP. No anteprojeto Estadual, no tópico justificativa, existem as seguintes afirmações:

Nesse sentido, o projeto que ora se apresenta está em perfeita sintonia com o art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prescreve, entre as

finalidades da educação, o preparo do educando para o exercício da cidadania. Afinal, o direito de ser informado sobre os próprios direitos é questão de estrita cidadania.

Ou seja, na visão do programa, a formação cidadã só é válida ao tratar de suas próprias normas, a fim de informar os alunos sobre os seus direitos. Sabe-se que uma educação voltada para a cidadania vai muito além de identificá-los. Isso faz parte do processo, mas não é a essência. Trazer esse conceito para dentro da escola significa também trazer a democracia e a política, significa ter uma gestão democrática, dar voz a todos, dar espaço a manifestações e críticas, louvar a diversidade, promover a liberdade, ser parte da comunidade em que está inserida, significa fazer com que os educandos sejam autônomos de seu processo educativo, que reflitam, que construam, que decidam, que questionem e que sejam efetivamente parte da comunidade, que sejam políticos, que sejam cidadãos na essência da palavra.

Assim um dos papéis da escola perante a educação cidadã é politizar o conteúdo curricular. Não com a finalidade de doutrinar, ou informar, mas sim, com o propósito de formar um indivíduo motivado a participar das decisões de sua comunidade ou país, motivado pela busca de qualidade de serviços e atento as atitudes dos governantes. Visto isso, alguns dos efeitos da implementação do programa são o enfraquecimento do ato de educar e a desestrutura das escolas públicas.

Ao reduzir os docentes a burocratas da educação, o ESP quebra um dos pilares da educação pública, prejudicando todo o seu funcionamento. Dessa maneira, uma das consequências é a valorização da educação privada, enfraquecendo cada vez mais a escola pública. Leva interesses privados, baseados em vontades pessoais, que distorcem os avanços conquistados ao longo dos anos por educandos e educadores o ESP busca apagar a história de lutas e conquistas do ensino público e tenta reescrevê-la com princípios privados.

4 | PERSPECTIVAS

O movimento em questão, se beneficiando da ignorância e do desconhecimento da massa populacional ao não perceber a não-neutralidade da educação, busca, a partir de expressões de forte apelo popular e *slogans*, distorcer a realidade e promover seus ideais. Esse programa tem sido uma ferramenta de retrocessos educacional, sustentado a educação para a opressão e instrução servindo aos interesses das classes dominantes e favorecendo a anti-democracia, o autoritarismo e a não reflexão.

Como visto, a sua proposta, caso aprovada, pode gerar uma escola sem liberdade, pluralidade, inclusão ou democracia, segregando, discriminando e reprimindo alunos e professores. Tais valores são divergentes as recomendações

dos PCNs, pois, com o intuito de discutir questões ligadas cidadania nas escolas, introduziram Temas Transversais.

Dessa forma, percebe-se que as repercussões da implantação do programa ESP seriam diversas e prejudiciais perante o que se acredita ser uma educação que propicie a democracia e a cidadania, pois o ESP deteriora a relação entre os docentes e discentes, restringe a liberdade de educar e aprender, propaga concepções educacionais infundadas e retrógradas e traz interesses privados ao ambiente público. Assim, entendemos que o movimento ESP é a expressão de uma escola não reflexiva, mecanicista, excludente, o que Freire chamaria de “bancária”, uma escola que deveria ter sido esquecida há muito tempo, mas que, ainda hoje, ronda o cenário educacional, bem como diversas propostas conservadoras que, a nosso ver, muito mais retrocedem do que avançam em termos do que já conquistamos.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394/96– 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

EDUCAÇÃO, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – Secretaria de. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>. Acesso em: 13 de set. de 2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 42 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio Org. **Escola “sem partido” esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP, UERJ, 2017.

_____, Gaudêncio. **“Escola sem Partido”: Imposição da mordaza aos educadores**. e-Mosaicos, v. 5, n. 9, p. 11-13, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

_____, Moacir. **Escola cidadã: Uma aula sobre autonomia da escola**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

HUMANOS, Comissão Interamericana de Direitos. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Entrada em vigor em, v. 22, 1969.

PARTIDO, Movimento Escola sem. **Escola sem Partido**. Página inicial. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em: 10 de nov. de 2017.

PARTDO, Programa Escola sem. **Escola sem Partido**. Anteprojeto de Lei Estadual. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/estadual>> Acesso em: 28 de out. de 2019

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso e permanência 15

Análise do comportamento aplicada 97, 98, 99, 100, 107, 109

Aprendizagem 2, 4, 6, 8, 15, 17, 18, 20, 21, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 73, 74, 98, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 116, 117, 121, 122, 127, 145, 146, 147

Artefactos tecnológicos 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89

Avaliação 4, 20, 62, 63, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 97, 100, 102, 108, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 146

B

Brasil 2, 12, 14, 15, 16, 17, 22, 47, 51, 52, 58, 59, 60, 62, 63, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 96, 99, 108, 116, 121, 129, 139, 141, 145, 146, 147, 149, 150

C

Capitalismo 24, 129, 131, 135, 138

D

Divisão do conhecimento 128

E

Educação cidadã 64, 67, 70

Educação de jovens e adultos 1, 3, 4, 6, 11, 12, 53, 54, 63

Educação especial 22, 23, 98, 99, 108

Educação superior 16, 22, 27, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 149

Enem 19, 69, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127

Ensino fundamental 8, 17, 22, 26, 43, 44, 45, 74, 97, 98, 99, 100, 108

Escola sem partido 64, 65, 67, 68, 71

Estratégias de aprendizagem 79, 82, 86, 87, 92, 93, 94, 95

F

Formação permanente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13

I

Ideologia 64, 67, 69, 71, 136

Inclusão 4, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 55, 70, 75, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 109

Indivíduo 24, 30, 32, 33, 38, 39, 41, 69, 70, 99, 101, 105, 113, 128, 129, 137, 138, 139, 140, 146

K

Kalunga 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52

M

Marxismo 128, 137, 140

Médias 117

Múltiplas deficiências 30, 31, 32, 41, 42

P

Parintins 30, 31, 32, 41

PCN 68, 128, 129

Plataformas virtuales educativas 79, 81, 83, 84, 85, 92

Práticas motoras 31, 35, 36, 37

Profissionalização docente 1, 6, 7, 11

Q

Quilombolas 43, 44, 45, 47, 50, 51

S

Ser humano 5, 8, 22, 24, 25, 28, 31, 57, 58, 128, 130, 134, 135, 136

Ser social 128, 130, 137, 138

Surdez 15, 16, 23

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 40, 43, 45, 47, 48, 55, 57, 61, 62, 67, 75, 99, 100, 109, 110, 111, 112, 117, 122, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 144, 146, 148

Transtorno do espectro autista 30, 97, 98, 107, 108, 109

 **Atena**
Editora

2 0 2 0